

COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO
ATA DA 44.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28 de abril de 2026

Hora de início: 14h30m

Hora de fim: 17h00m

Local: A reunião decorreu através de meios telemáticos

Estiveram presentes os seguintes representantes das entidades:

- Fernanda do Carmo, Diretora-Geral do Território e Presidente da Comissão Nacional do Território (CNT);
- Isabel Ferreira, representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Carlos Mendes, Diretor Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Inês Andrade, Vogal da Agência Portuguesa para o Ambiente I.P. (APA)

Não compareceram à reunião os representantes das seguintes entidades:

- Jorge Botelho, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);
- Teresa Almeida, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT);
- Ribau Esteves, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Ricardo Bento, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte);
- Aníbal Costa, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
- Nuno Banza, Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P. (ICNF);
- Hélder Careto, em representação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);

Estiveram ainda presentes os seguintes participantes convidados, sem direito a voto:

- Ana Seixas, DGT;
- Mafalda Pedro, SEALOT;
- Joana Bustorff, APA;
- Maria João Pinto, APA;
- Joaquim Caeiro, ANMP;
- Luís Ramos, ANMP;
- Teresa Cunha, ANMP;
- Henrique Cabeleira, CCDR Algarve;
- Manuel Vieira, CCDR Algarve;
- Bruno Borges, CCDR Alentejo;
- Manuel Júlio Mateus, CCDR Alentejo;
- Carlos Pina, CCDR LVT;

- Margarida Bento, CCDR Centro;
- Carla Velado, CCDR Centro;
- Nuno Mota, CCDR Norte;
- Maria Magalhães, CCDR Norte;
- Rui Pedro Carvaco, CCDR Norte;
- Ana Seixas, DGT;
- Ana Sofia Rizzone, DGT;
- Marta Rodrigues, DGT;
- Sónia Lopes;

Ordem do dia

Ponto 1. Informações

Ponto 2. Eleição do secretário

Ponto 3. Aprovação das atas da 42.^a e 43.^a Reuniões Ordinárias da CNT

Ponto 4. Dinâmica dos PDM, REN e SGIFR - situação reportada a 31.03.2026

Ponto 5. Modelo de Dados dos Planos Diretores Municipais (PDM)

Ponto 6. Modelo de dados da Reserva Ecológica Nacional (REN)

Ponto 7. Relatório de atividades da CNT

Ponto 8. Outros Assuntos

Ponto 1. Informações

A **Presidente** deu as boas-vindas aos participantes e informou que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração da ata, sendo a gravação eliminada após a sua aprovação. Deu nota de que está em curso, para o território de Portugal Continental, ao abrigo do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a produção de uma cobertura de cartografia topográfica vetorial com o nível de detalhe equiparado à escala 1:10.000, tendo por base os dados LiDAR. Referiu que esta iniciativa permite a evolução do modelo de produção atomizada de cartografia topográfica por concelho, homologada pela DGT, para o modelo da Base de Dados Nacional de Cartografia que, a partir de uma cobertura de base integral e harmonizada possibilita uma gestão da atualização dos dados geográficos mais flexível, envolvendo diferentes entidades. Informou que a cartografia em produção até final de junho, ficará disponível no 2º semestre de 2026 e permitirá colocar em condições idênticas todos os municípios do território continental em matéria de atualização da cartografia de base. Neste âmbito, informou ainda que, tendo em vista uma economia de esforços na produção de cartografia de base para o processo de planeamento territorial, foi preparada e aprovada em 23 de abril, pela DGT, uma exceção ao previsto nas Normas e Especificações Técnicas para Produção Cartográfica, a aplicar até à disponibilização da nova cartografia topográfica. em produção. Passou de seguida ao ponto informativo relativo ao Plano Nacional de Restauro da Natureza. Recordou que a DGT, enquanto coordenadora do sub-grupo de trabalho dos Ecossistemas Urbanos, promoveu o envolvimento das CCDR nas atividades em curso. Adiantou que, conforme previsto, a DGT em final de abril concluiu o diagnóstico e a *baseline* sobre este tema e procedeu à divulgação dessa informação, tendo organizado um workshop sobre medidas a adotar com vista a melhorar a resiliência e o estado dos ecossistemas urbanos. Referiu que para além das atividades desenvolvidas sob a égide do Plano acional de Restauro da Natureza, foi ainda desenvolvida, com a colaboração da DGT, uma iniciativa promovida pela área governativa do Ambiente e Energia em articulação com a da Economia e Coesão Territorial, para a adoção, ao nível nacional, de um Plano de Ação para apoiar os

municípios na adoção de medidas que contribuam para o restauro da natureza em meio urbano. Informou que este plano, designado por PRONATURB encontra-se em consulta pública no Portal Participa, convidando todos os membros e observadores a consultarem o documento. Passou a palavra aos presentes.

Carlos Pina, da CCDR LVT, referiu ter um conjunto de questões, relacionadas com o regime da REN, já sinalizadas à CNT. Sinalizou a primeira, respeitante à colocação de cabos submarinos, apenas passíveis de chegar a terra por Reconhecimento de Interesse Público (RIP); a segunda, respeitante a um erro na legislação relativo ao acesso às praias, facto já reconhecido pela APA e demais CCDR, e a terceira, respeitante ao acolhimento de centrais de produção de biometano, enquanto fonte de produção de energia renovável. Solicitou celeridade na resposta, que exige alterações legislativas, tendo informado que, relativamente ao erro legislativo que está a inviabilizar a instalação de acesso às praias, vai a CCDR aceitar uma comunicação prévia deste pedido,

A **Presidente** referiu que estas matérias foram já trabalhadas pelo GT REN, estando pendente a confirmação, por parte da APA, sobre a inclusão ou não de Centrais de Produção de Biometano nos usos e ações compatíveis com determinadas tipologias da REN, mediante comunicação prévia. Referiu que o secretariado da CNT vai enviar a proposta de alteração do diploma aos membros da CNT com vista à sua aprovação na próxima reunião da comissão e envio à tutela. Solicitou aos membros da CNT que revisitassem o RJREN e verificassem se há alguma outra questão que mereça proposta de melhoria. Referiu, a este propósito, que a DGT pretende, no âmbito desenvolvimentos tecnológicos do Sistema Nacional de Informação Territorial, em curso, disponibilizar a cartografia das diversas Servidões e Restrições de Utilidade Pública, onde a REN se inclui, permanentemente atualizada, permitindo a produção de plantas de condicionantes atualizadas ao longo do tempo.

Carlos Mendes, da ANEPC, sinalizou a necessidade de atualizar o anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto no que respeita à designação das comissões de defesa da floresta contra incêndios.

Maria João Pinto, da APA, referiu que algumas das matérias identificadas pelo colega da CCDR LVT estão já consensualizadas, assim como outros aspetos, estando efetivamente a questão das Centrais de Biometano a ser alvo de análise pelos serviços da APA, sendo uma matéria sensível e complexa, porquanto se trata de estruturas com significativo impacto em termos de ocupação de áreas REN. Comprometeu-se a enviar a posição desta entidade com a maior brevidade possível.

Ponto 2. Eleição do secretário

A **Presidente** informou que, em virtude de alterações na nomeação de alguns dos dirigentes das CCDR, torna-se necessário proceder à indicação de um novo secretário da CNT, tendo proposto que fosse a representante da APA, Inês Andrade, para que assegurar alguma rotatividade na entidade associada à referida função, sugestão com a qual os presentes concordaram.

Inês Andrade, da APA, aceitou a nomeação, passando a assumir a posição de secretária da CNT.

Ponto 3. Aprovação das atas da 42.ª e 43.ª Reuniões Ordinárias da CNT

A **Presidente** informou que os projetos de ata referentes às 42.ª e 43.ª Reuniões Ordinárias da CNT foram circulados pelos membros, incluindo também os participantes das referidas reuniões que já não integram a Comissão ou que participaram como membros convidados (caso da representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). Adiantou que foram recebidas propostas pontuais por parte da ANEPC e de Célia Ramos, anterior vogal da CCDRN. As propostas de alteração foram projetadas. Não havendo objeções a ata foi aprovada, sendo assinada apenas pela Presidente da CNT.

Ponto 4. Dinâmica dos IGT, REN e SGIFR - situação reportada a 31 de março de 2026

A Presidente apresentou os pontos de situação, a 31 de março, da conformação dos PDM com as regras de classificação do solo e cumprimento do artigo 199.º do RJIGT, havendo 136 planos que já cumprem as novas regras e 142 municípios que têm os processos em curso. Apresentou também o ponto de situação dos procedimentos em curso que visam a conclusão dos processos, matéria que requer validação e aporte de informação por parte das CCDR. A este respeito, apelou ao apoio das CCDR para ajudarem os municípios que têm processos em curso, mas ainda sem parecer final, na adoção do novo modelo de dados do PDM, sendo que a DGT irá igualmente dinamizar sessões de capacitação. Apresentou o ponto de situação da reclassificação do solo nos termos dos artigos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT, sinalizando os procedimentos que já ocorreram ao abrigo da nova redação destes artigos, registando-se apenas um caso iniciado, referente ao município de Ourique. Apresentou o ponto de situação da adaptação dos planos territoriais aos PGRI, reforçando a relevância deste instrumento no contexto atual. Passou à apresentação do ponto de situação da delimitação da REN ao abrigo das Orientações em vigor, sinalizando que, presentemente, já há obrigatoriedade de aplicação das mesmas em todas as tipologias. Apresentou depois um levantamento sobre a existência de cartas de delimitação da REN em formato vetorial e com tipologias identificadas, independentemente do regime legal subjacente à sua delimitação, e tendo por base várias fontes de informação. Por último, relativamente à REN, apresentou o ponto de situação dos municípios que já têm a REN em formato vetorial. Referiu que o mapeamento está completo, pelo que agora se pretende organizar um workshop de reflexão sobre a delimitação desta restrição de utilidade pública. Foram solicitados, por parte dos presentes, alguns esclarecimentos, os quais foram prestados, bem como a introdução de pequenas correções que serão acolhidas. Por último, apresentou o ponto de situação da publicação dos instrumentos de planeamento do sistema de gestão integrada de fogos rurais. Recordou que há tipologias das peças gráficas destes instrumentos que constituem restrições de utilidade pública e que, por tal, têm de constar das plantas de condicionantes, sendo que, no caso da região do Algarve, tal informação ainda não está disponível.

Ponto 5. Modelo de Dados do PDM

A **Presidente** informou que a DGT tem em curso um conjunto de projetos de digitalização da informação e de partilha de dados geográficos. Referiu que, presentemente, está em curso uma evolução/melhoria do modelo de dados a utilizar na elaboração dos PDM, em consonância com os desenvolvimentos tecnológicos do Sistema Nacional de Informação Territorial em curso e com o novo Portal da Informação Territorial. Referiu que, no final de junho, estará online uma nova plataforma, a plataforma Mapas PT, onde toda a informação geográfica disponível poderá ser visualizada e utilizada segundo critérios de pesquisa. Apresentou os objetivos desta revisão do modelo de dados do PDM e os resultados da consulta/interação feita com as entidades produtoras e utilizadoras desta informação (CCDR, municípios e empresas do setor). Informou que a atualização da norma técnica sobre o modelo de dados e sistematização da informação geográfica dos PDM, irá manter a salvaguarda dos procedimentos de revisão ou alteração de PDM para adoção das novas regras de classificação do solo que estejam em fase final.

Ponto 6. Modelo de Dados da REN

A **Presidente** informou, sobre este ponto, que, à semelhança do modelo de dados do PDM e como o mesmo propósito, também o modelo de dados da REN está a ser atualizado, sendo que, para esta atualização, a DGT irá divulgar o *plugin* de apoio. Referiu que as REN mais recentes, contando com grande apoio por parte das CCDR, já

estão a ser adaptadas ao abrigo do modelo de dados vigente e que os ajustes a efetuar, com recurso ao *plugin*, serão de simples execução. Sendo a aprovação deste modelo de dados da competência da CNT, pretendendo-se proceder à sua aprovação na próxima reunião da Comissão. Para o efeito, será atempadamente divulgada a proposta, já contendo os contributos das entidades com assento no GT REN.

Ponto 7. Relatório de atividades da CNT 2025

A **Presidente** fez uma introdução à apresentação do Relatório de Atividades anual da CNT, o qual expõe uma síntese dos temas agendados, das deliberações tomadas e do seguimento dado aos assuntos. Recordou que se trata de um documento público, disponibilizado no site da CNT.

Marta Rodrigues, da DGT, projetou o documento. Informou que foram recebidos contributos por parte da ANEPC, os quais foram acolhidos. Clarificou que a estrutura é semelhante à dos relatórios dos anos anteriores e que o documento permite dar uma perspetiva sobre os trabalhos desenvolvidos, incluindo as atividades dos Grupos de Trabalho Temáticos. A forma como está estruturado facilita a pesquisa por assuntos.

Ponto 8. Outros Assuntos

Isabel Ferreira, da ANMP, abordou o assunto relativo ao programa setorial para aceleração das energias renováveis, pois, da interação da ANMP com a estrutura de missão para o licenciamento das energias renováveis, tomou a associação conhecimento de que está a ser elaborado, com o apoio da DGT e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), esse programa setorial, tendo tido igualmente conhecimento de que esse trabalho técnico resultará um relatório preliminar que será entregue à estrutura de missão e também à ANMP. Aludiu à importância de envolver, desde já, os municípios na elaboração deste programa setorial.

A **Presidente** passou a palavra à subdiretora Ana Seixas, que é a representante da DGT nesse grupo de trabalho, tendo referido que a DGT fará chegar à Estrutura de Missão a preocupação da ANMP.

Ana Seixas, da DGT, informou que a DGT está envolvida neste processo, colaborando com a Estrutura de Missão sempre que tal lhe for solicitado. Referiu que o estudo está a ser elaborado pelo Instituto Superior Técnico (IST), sendo o papel da DGT relativo ao fornecimento de informação e à garantia da correta tramitação associada ao procedimento necessário à aprovação do programa, sendo que a consulta aos municípios será um dos aspetos a garantir.

A **Presidente** informou que dará nota dos desenvolvimentos futuros deste programa na CNT, agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião.

A Presidente da Comissão Nacional do Território

Fernanda do Carmo

A Secretária da Comissão Nacional do Território

Inês Andrade